

**Clipping**  
**18.01.2011**

População reclama de atraso na entrega das correspondências.....	1
A pedagogia das revoluções que vêm de baixo.....	2
STJ divide processo que apura rombo de meio bilhão na Assembleia do MT.....	5
Correios prometem novo edital de concurso até o dia 24.....	6
Frente quer aprovar confisco de terras onde há trabalho escravo.....	6
Grupo CEEE realiza transmissão de cargos da nova diretoria .....	7
Avança criação de banco de foragidos .....	8
Rosane de Oliveira - Retaliação .....	9
A ditadura judiciaisca .....	9
Justiça muda comando de hospitais.....	10
Brasil dobra número de mestres e doutores.....	10
Posto sem médicos em Porto Alegre .....	10
Centrais defendem mínimo de R\$ 580 .....	11
Prefeitura assume o Independência .....	11
Resolução amplia seguro desemprego para trabalhadores que moram nas cidades em calamidade.....	11
Patronato baixa o nível e oferece só 5,9% de reajuste para trabalhadores de TI de São Paulo .....	12
São Paulo (SP): Sindicato protesta contra morte de metalúrgicos .....	13

### **População reclama de atraso na entrega das correspondências**

Atraso na entrega de correspondência se repete desde o início de 2010, sempre com promessa de melhorias

Atraso na entrega de correspondência se repete desde o início de 2010, sempre com promessa de melhorias

A população do Rio Grande tem reclamado do serviço de entrega de correspondências dos Correios na cidade. Diariamente moradores vão até o Centro de Distribuição Domiciliar (CDD) Rio Grande e CDD Cidade de Águeda localizados na avenida Presidente Vargas para receber contas, cartas e documentos atrasados.

O aposentado Luiz Carlos Bertoldi, morador do balneário Cassino, disse que há 50 dias não recebe suas correspondências. “Tem agência na praia, porque não largam lá? Estou pegando agora conta do mês passado e até cartões de Natal. Sou obrigado a pagar na lotérica e pagar com multa. As empresas devem adorar isso”, criticou.

Paulo Costa também reclamou da necessidade de ir até os Correios. “Estou recebendo correspondência de três meses. Tive que me deslocar 18 km para pegar o que eles deveriam entregar. Enquanto isso, eu vou pagando conforme posso”, afirmou. Segundo ele, a entrega de correspondências nunca ficou tão atrasada no seu bairro. Ele ressaltou ainda o fato de precisar da fatura da conta para conferir o que estão lhe cobrando. Já o aposentado Milton Mendes disse que as contas normalmente são entregues até o dia 10. Por isso, perto da data de vencimento precisou se antecipar para garantir o pagamento sem juros. “As contas vão vencer agora, se não chega tem que correr atrás”, avaliou.

O casal Cátia Cristina Moraes Pereira e Vitor Hugo Fuhrmann contaram que todos seus conhecidos têm feito o mesmo procedimento. “Todas as pessoas que conhecemos tem vindo buscar a correspondência. No mês passado já viemos também. É uma vergonha”, disse Cátia. Segundo Fuhrmann, a explicação que recebem é que tem muitos

funcionários em férias. “Em um mês de atraso de contas, estivemos aqui e levamos quatro correspondências. Eles ainda estavam separando o resto. A fila para receber a correspondência está sempre enorme”, contou. “A gente ainda tem que procurar o que vai pagar”, completou Cátia.

Nancir Silveira reclamou do horário de atendimento para entregas nos CDDs. “Além de não ter funcionários, eles só trabalham seis horas por dia. Quem trabalha oito horas não tem horário para vir buscar. Tem que pedir para alguém”, criticou. Ele disse que foi nas empresas pegar uma segunda via das contas para realizar os pagamentos.

Correios

A diretoria regional dos Correios, através da Assessoria de Comunicação, alega que a entrega de correspondências em Rio Grande está sendo realizada de forma regular, no entanto teve ao final do ano "aumento significativo de carga". Para solucionar o problema, a assessoria diz que os Correios estão trabalhando em regime de mutirão também nos finais de semana.

Além disso, a empresa alega estar contratando mão-de-obra temporária para auxiliar na atividade de carteiros nas unidades até que seja realizado concurso público, e diz que deve regularizar a situação da entrega "nas próximas semanas". Os Correios colocam à disposição da população os números da Central de Atendimento dos Correios, nos telefones 0800 725 7282 e 0800 725 0100, "para sugestões ou reclamações".

JORNAL AGORA

## **A pedagogia das revoluções que vêm de baixo**

Alerta vermelho. É a frase que poderia resumir o acontecido na Bolívia na última semana. Bem-aventurado seja o “gasolinaço” se se transformar em ponto de inflexão capaz de reverter a crescente tendência superestrutural governamental de decidir de cima sem contar com os de baixo, adotando a velha cultura política do poder que considera que governar é tarefa de quem supostamente “sabe e tem razão”, que é coisa de iluminado.. Mas a revolução é tarefa dos povos, de maiorias conscientes, organizadas, discutindo e definindo seu projeto na medida que o vão construindo.

A reportagem é de Isabel Rauber, publicada no sítio Rebelión, 03-01-2011. A tradução é de Anne Ledur.

Os povos não estão somente para aceitar, apoiar, convalidar ou materializar (executar) ideias e decisões, mas, acima de tudo, para protagonizá-las. Isso quer dizer: participar do processo de tomada de decisões e da realização posterior das mesmas, compartilhando as responsabilidades.

Se se tivesse discutido o problema do preço da gasolina e petróleo, etc., com as organizações sociais, se se tivesse consensuado uma medida e os passos para sua implementação, nada do ocorrido tivesse passado, não sei qual teria sido a proposta, mas os resultados teriam sido diferentes. Ninguém sai protestar contra o que foi concordado.

Os protagonistas não podem – nem querem – inteirar-se de sua história pelos jornais. Não é com resoluções e decretos que se impulsiona uma revolução democrática e cultural, a chave está na participação. Trata-se de um processo marcado pela construção coletiva e requer levar os ritmos que essa construção – e tomada de consciência – coletiva demandam. Quando se pretende acelerá-lo, passando por cima da participação popular, o que se evidenciava como um êxito ou acerto possível no médio prazo, se torna um imediato fracasso.

A prova está à vista: apostando na consulta e participação dos de baixo, certamente o caminho pode ser mais longo e os ritmos mais lentos, mas, a longo prazo, será mais

efetivo, profundo e radical. Essa sabedoria não saiu das universidades, se forjou na experiência de luta dos povos. Em suas práticas, eles delinearão e construíram as novas lógicas da transformação social desde baixo, quer dizer, das revoluções democrático-culturais caracterizadas por apelar ao desenvolvimento da consciência, da organização e da participação dos de baixo de modo permanente. E isso não se consegue com cursos ou conferências. É, acima de tudo, um resultado da participação dos de baixo em todo o processo de mudanças: do diagnóstico e das definições até a implementação e controle das decisões. Essas já não são tarefas de um grupo de dirigentes, mas responsabilidade compartilhada de todos/as.

O povo consciente, participante e protagonista das decisões sairia igualmente às ruas, mas – nesse caso – para reafirmar as medidas do governo, que seriam suas medidas, e para pedir o aprofundamento revolucionário do processo.

O ocorrido na Bolívia em consequência ao “gasolinaço” não corresponde com nenhuma dessas alternativas, mas também não significa um repúdio ao governo, que segue considerando sujo. É, sim, um grito e uma manifestação contra uma tênue, mas crescente, forma de governar que vinha se mostrando, em algumas decisões, que pretende desconhecer o povo como protagonista central do processo e suplantá-lo na tomada de decisões fundamentais, reencarnando o pior da herança política burguesa-colonial.

Um governante revolucionário não se define como tal pelo currículo, nem por ser “honrado e bom” em comparação com os governantes tradicionais do sistema; mesmo que essas qualidades se requerem elementalmente, sua projeção vai mais adiante do pessoal: se relaciona diretamente com sua capacidade de pôr os espaços de poder em função da transformação revolucionária, abrindo as portas do governo ao povo, construindo um novo tipo de institucionalidade, de legalidade e legitimidade baseada na participação do povo na tomada de decisões políticas (embasamento da assembleia constituinte).

A tarefa titânica dos governantes revolucionários não consiste em substituir ao povo, em em “tirar de suas cabeças” boas leis, muito menos para demonstrar que são mais inteligentes que todos, que têm razão e que, por ele, “sabem governar”. Impulsionar revoluções desde os governos passa a fazer desses uma ferramenta política revolucionária: desenvolver a consciência política, abrir a gestão à participação dos movimentos indígenas, dos movimentos sociais e sindicais, dos setores populares, construindo mecanismos coletivos e estabelecendo papéis e responsabilidades diferenciados para cogovernar o país.

As revoluções que vêm de baixo, as que se geram dos povos, desde a raiz dos problemas, apostam na mudança que nasce das consciências dos povos e se constrói em sua ação protagônica. Nada tem a ver com métodos que pretendem impulsionar o processo com decretos e resoluções geradas de cima por muito bem intencionadas e certeiras que essas puderam resultar.

Não se avança com medidas superestruturais por muito justas e razoáveis que essas sejam. Tem que construir protagonismo popular coletivo e isso só se pode conseguir passo a passo. A aprendizagem – como o ensinamento – começa nas práticas cotidianas. Educar no novo significa desenvolver novas práticas, dar o exemplo. Essa é a chave pedagógica vital das revoluções que vêm de baixo.

Essas só podem aprofundar-se amarradas à construção e ao fortalecimento do sujeito coletivo e das mesmas, o ator sociopolítico capaz de traí-las e impulsioná-las permanentemente para objetivos radicalmente superiores. A tarefa fundamental do instrumento político nesses tempos consiste por ele, precisamente, em desenvolver o trabalho político, cultural e ideológico necessário para que promover o desenvolvimento

da consciência política do conjunto de atores sociais e políticos do campo popular, em abrir canais institucionais e não-institucionais para a participação consciente, organizada e crescente do conjunto dos atores revolucionários, assim como também criar âmbitos para reflexões críticas coletivas do processo de mudança, de modo a ir fortalecendo as consciências, crescendo coletivamente.

Na Bolívia, o povo não saiu às ruas a repudiar seu governo, mas – junto com a medida – à imposição, às decisões não-consultadas, ao distanciamento entre governantes e movimentos indígenas, camponeses e sociais que vinha se evidenciando como tendência e que se cristaliza agora contundentemente com essa medida do chamado “gasolinaço”. O povo não saiu para se opor a Evo, mas para dizer-lhe NÃO a qualquer tentativa de governar sem sua participação, para pedir-lhe retificação e reconhecimento. E, em um ato de humildade que evidencia tanto sua grande sabedoria como suas raízes, Evo retificou. E repassando sua promessa de Tihuanaku, retirou os decretos e reiterou suas decisão de “mandar obedecendo”, que – em sentido estrito – não significa nem mandar, nem obedecer, mas governar juntos, construir em conjunto as medidas fundamentais, e compartilhar as responsabilidades das decisões e de sua implementação.

E não é que isso seja necessariamente garantia de êxito nem evite cometer erros ou equivocar-se, mas quando os povos fracassam tendo consciência de que poderia ocorrer, sabendo que se poderia perder, o fracasso pode parecer um triunfo, um crescimento coletivo, um novo aprendizado e um fortalecimento que os dinamize e impulsione a buscar concretizar seus objetivos por outras vias. Algo assim como: “Bom, se por aí não saiu o assunto, por onde e como vamos consegui-lo?” A situação se apresenta diferente quando há participação consciente de quando não já: Os povos avançam conforme tomam consciência do fracasso ou celebram o triunfo, e isso depende de sua participação nas decisões; quando fracassam sem consciência do que estavam fazendo, a frustração é profunda.

As revoluções são idênticas à participação protagônica de seus povos; diretamente proporcionais a ela. Se, por exemplo, se aplica essa simples equação aos processos populares revolucionários em curso às medidas governamentais e seus procedimentos, os resultados saltam à vista: a menor participação popular, menor conteúdo e alcance revolucionário, menos revolução. Conclusão: o nó górdio estratégico dos processos revolucionários não está enraizado na pertinência das revoluções governamentais nem na sabedoria dos governantes e seu entorno, mas na vontade popular, em sua consciência e organização para participar das definições e soluções, impulsioná-las e sustentá-las.

No terreno político, está claro que saber é poder. Enquanto o saber procedente de técnicos e especialistas é restrito, reduzido a elites e minorias, seu poder também é escasso e reduzido, cotado a cargos e funções, ao que se denomina comumente de “trabalho profissional”. Por isso, sem negar o valor do trabalho de especialistas e assessores, os resultados e as propostas de seus estudos necessitam ser sempre reavaliadas (quando construídas) com o povo, com os movimentos indígenas, sindicais e sociais, com o campo popular todo. Só em um processo articulado, conjunto, é possível transformar as propostas de funcionários, especialistas ou técnicos em decisão política revolucionária de governo e povo. Em processos político-revolucionários como o que vive a Bolívia hoje, a administração pública – que é a administração do público – não pode ficar emaranhada nos papéis dos funcionários públicos; é tema e tarefa da militância sociopolítica dos povos nas ruas das cidades, nos campos, nas minas...

Os que têm a responsabilidade de governar têm a prerrogativa de propôr mudanças e a obrigação de que suas propostas tenham fundamentos sólidos. Isso não está posto em discussão. Mas a outra face do processo, a fundamental, que o dá sentido e projeção

revolucionária, consiste no seguinte: para que o saber produzido acima seja, ao mesmo tempo, poder abaixo, há que se construir com os de baixo e se constituir em saber/poder do povo. Essa é a tarefa política por excelência de quem tem responsabilidades de governo em processos revolucionários.

Evidenciar isso e colocá-lo sobre o tapete é uma das tarefas de ensinamento mais importantes e transcendentais dos acontecimentos resultantes do “gasolinaço”: o povo reivindicou seu protagonismo, falou com seu líder em sua linguagem de resistência e luta, e Evo respondeu como militante. Consciente de que retificar é sábio, escutou e compreendeu a mensagem se seus companheiros e rapidamente revogou as resoluções e decretos, e voltou a pôr à agenda política governamental um tema chave: governar para o povo implica governar com o povo. E com isso, Evo tirava outra lição: para impulsionar uma revolução que venha de baixo, não basta “ter costas largas”, mas os pés no chão, mas o coração com o povo e a cabeça esclarecida de suas responsabilidades como governante revolucionário capaz de levar os povos a protagonizar a sua história.

Fica claro, então, que o tema aberto com o “gasolinaço” não está limitado a economistas, nem especialistas, nem jornalistas, pertence ao povo. É o povo – em sua diversidade de identidades, nacionalidades e culturas – que tem o poder de mudar a história e construí-la a sua imagem em semelhança.

Por isso, a dias de comemorar um novo aniversário da constituição do primeiro governo indoamericano no nosso continente, é possível exclamar, com força e vitalidade: Jallalla, povos da Bolívia! Jallalla, Evo!

## **STJ divide processo que apura rombo de meio bilhão na Assembleia do MT**

O ministro Francisco Falcão, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), decidiu desmembrar a ação penal que apura o esquema de fraudes e desvio de recursos da Assembleia Legislativa do Mato Grosso, que já causou um prejuízo de mais de meio bilhão de reais aos cofres do Estado.

Leia mais:

TSE confirma cassação do ex-presidente da Assembleia do Mato Grosso Assembleia do MT pagou R\$ 3,7 mi a empresa "aberta" por homem morto Prejuízo com fraudes no Mato Grosso passa de meio bilhão de reais, diz MP Deputado responde a mais de cem processos na Justiça, mas escapa da Lei da Ficha Limpa

Como o único réu com direito a foro privilegiado era o conselheiro do TCE-MT (Tribunal de Contas do Mato Grosso) Humberto Bosaipo, Falcão decidiu enviar o processo contra os outros 11 acusados para a Justiça matogrossense. Dentre eles está o ex-presidente da Assembleia, José Geraldo Riva (PP), que teve seu mandato cassado sob a acusação de compra de votos e caixa dois nas eleições de 2006. Ele foi reeleito no ano passado com quase 100 mil votos, sendo o deputado estadual mais votado do Mato Grosso pela quarta vez consecutiva.

Riva é apontado pelo Ministério Público como o comandante do esquema de uso de empresas fantasmas para desviar dinheiro da Casa. Entre 1999 e 2002, a Assembleia emitiu centenas de cheques destinados a empresas de fachada, abertas apenas para “lavar” os recursos. Foram 91 falsas prestadoras de serviço, dentre elas uma empresa aberta no nome de um homem morto, que recebeu R\$ 3,7 milhões em um espaço de três anos.

No total, o Ministério Público identificou R\$ 209 milhões em cheques fraudulentos emitidos pelo Legislativo matogrossense. Parte deles foi compensada na factoring Confiança, braço financeiro do grupo de João Arcanjo Ribeiro, o “comendador”, preso em 2007 pela Polícia Federal acusado de ser o líder do crime organizado no Mato Grosso. Em valores atualizados, o prejuízo aos cofres da Assembleia passa de meio bilhão de reais.

Riva e Bosaipo, que também foi presidente da Assembleia no período, negam as acusações e dizem que os serviços foram prestados. Eles alegam que as notas fiscais e outros documentos que comprovariam os trabalhos das empresas contratadas foram descartados para reciclagem.

#### Desmembramento

Ao decidir pelo desmembramento, o ministro Francisco Falcão, relator da ação penal, considerou que o número de réus e quantidade de acusações —166 acusações de lavagem de dinheiro, por exemplo— poderia levar à prescrição dos crimes. Com isso, José Geraldo Riva será julgado pelo TJ-MT (Tribunal de Justiça do Mato Grosso), enquanto os demais réus responderão na 1ª instância.

ULTIMA INSTANCIA

### **Correios prometem novo edital de concurso até o dia 24**

Número de vagas pode chegar a 8 mil; provas serão acompanhadas pela Polícia Federal A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) anunciou que vai divulgar até o dia 24 de janeiro edital para um novo concurso público. O documento trará informações a respeito do período de inscrição, valor da taxa, conteúdo das provas e número de vagas. Segundo o órgão, a intenção é concluir o processo de seleção até o final do primeiro semestre.

Os Correios foram obrigados a suspender um concurso que seria realizado em 28 de novembro de 2010 por conta de uma decisão judicial concedida em caráter liminar pela Justiça Federal de Brasília. Para a nova prova, o órgão informa que todas as etapas do concurso serão acompanhadas pela Polícia Federal.

Leia também

Correios preparam audiência para definir novo concurso

O concurso anterior tinha por objetivo preencher 6.565 vagas em todo o Brasil, com salários entre R\$ 706,48 e R\$ 3.108,37. Em nota oficial divulgada em 1º de dezembro, os Correios informam que decidiram “revogar o concurso público nacional em andamento, devido à necessidade de atualização da distribuição das vagas por localidade, em função do tempo decorrido desde a publicação do edital”. Os Correios ainda não informaram o número exato de vagas para o novo concurso, mas afirmou que serão “até 8.000 vagas”.

Em dezembro, os Correios realizaram uma audiência pública em Brasília para ouvir sugestões da sociedade ao novo edital.

IG

### **Frente quer aprovar confisco de terras onde há trabalho escravo**

Antes do início da nova legislatura, a Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo já se mobiliza para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição 438/01, que permite o confisco de terras em que houver trabalho escravo.

Em sua primeira reunião do ano, a Frente definiu uma programação de atos, seminários e mobilizações a serem realizadas de 28 de janeiro a 3 de fevereiro, durante a Segunda Semana Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Segundo o presidente da Frente Nacional, senador José Nery (Psol-PA), a aprovação da PEC corresponderá a uma segunda abolição. "Acho que o principal empecilho é uma certa mentalidade escravagista ainda presente em setores que compõem o parlamento brasileiro, especialmente a Câmara dos Deputados."

Resistência dos ruralistas

Segundo ele, "uma das fontes de resistência é a chamada bancada ruralista". O trabalho da frente, acrescenta, será "combinar convencimento, diálogo e a legítima pressão moral, libertadora, que é importante ser feita para acordar aqueles que menosprezam essa realidade e acham até normal que trabalhador seja tratado como escravo em pleno século XXI."

Para José Nery, os produtores rurais deveriam apoiar a aprovação da PEC e evitar qualquer prática criminosa no trabalho rural, para que os produtos da agricultura brasileira não enfrentem dificuldades no mercado internacional.

Definição clara

Valdir Colatto diz que bancada ruralista não defende trabalho escravo.

Mas, segundo o deputado Valdir Colatto, PMDB-SC, a bancada ruralista não defende o trabalho escravo, mas demanda uma definição clara do que seja esse tipo de trabalho. Ele questiona qual seria essa definição: "[O trabalho escravo] é aquele em que a pessoa não pode ir e vir? Aquele [em que o trabalhador] está preso realmente? Ou aquele que tem algum tipo de trabalho que não seja dentro das características e das exigências do Ministério do Trabalho?"

Na avaliação do parlamentar, "tem que existir um conceito para que se possa dar segurança às pessoas, que não sejam enquadradas ou perseguidas por um fiscal qualquer do Ministério do Trabalho ou outra entidade que se julgue no direito de decidir pela vida das pessoas".

Trabalho degradante

A ONG Repórter Brasil é uma das 56 entidades da sociedade civil que compõem a Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. De acordo com seu site, o trabalho escravo se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade.

Para Valdir Colatto, o patrimônio de pessoas culpadas por algum crime, não importa qual a gravidade, deve ser preservado, para que sua família não sofra também. O deputado afirma, ainda, que o trabalho escravo acabou no Brasil e no mundo há muito tempo. E que as leis trabalhistas brasileiras já são duras o suficiente para fazer o controle de situações irregulares.

Segundo turno

A PEC do trabalho escravo foi aprovada pelo Senado e, na Câmara, aguarda votação em segundo turno.

AGENCIA CAMARA

## **Grupo CEEE realiza transmissão de cargos da nova diretoria**

A cerimônia de transmissão de cargos da diretoria do Grupo CEEE será realizada nesta terça-feira, 18, às 14h, na sede da Companhia, em Porto Alegre. Sérgio Souza Dias é o novo diretor-presidente, no lugar de Sérgio Camps de Moraes.

Dias nasceu em Cachoeira do Sul em 2 de agosto de 1961. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e mestre em Engenharia da

Energia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Já atuou como pró-reitor da Universidade Estadual do RS (Uergs), diretor de Qualidade da Agência Estadual dos Serviços Públicos Delegados do RS (Agergs), diretor-presidente do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) e atualmente é diretor de Geração do Grupo CEEE, antes de assumir a presidência.

Gerson Carrion assumiu a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, em substituição a Sérgio Ladniuk; Luiz Antônio Tirello, a de Planejamento e Projetos Especiais, no lugar de Olavo Valendorff e Halikan

Dias substituiu Silvio Marques na Diretoria Administrativa. Já Gilberto da Silveira entrou no lugar de José Francisco Pereira Braga, na Transmissão; e Rubem Cima ocupa a Diretoria de Distribuição no lugar de José Antônio Lopes. O diretor de Geração será indicado pelo governo federal

COLETIVA NEWS

### **Avança criação de banco de foragidos**

Polícia e Judiciário discutem como será o compartilhamento online de dados. Representantes do Judiciário e da Polícia Civil se reúnem amanhã para definir como deve ser feita a integração de dados sobre foragidos por meio de um banco de dados compartilhado. A criação da ferramenta online permitirá a atualização rápida de informações, evitando erros como a prisão de pessoas com mandados vencidos. Dados de outubro da Polícia Civil indicam a existência de 32,2 mil ordens de prisão em aberto. Em tese, o número corresponderia ao número de pessoas que deveriam ser recolhidas à cadeia. Na prática, no entanto, não é bem assim. A falta de atualização dos dados leva a discrepâncias. Alguns mandados já tiveram seus prazos expirados, em outros, o foragido já morreu, e ainda há casos em que sequer as ordens têm data de validade, como prevê a legislação criminal. Só nestas condições, se encontram mais de 16 mil ordens de prisão.

Segundo o juiz-corregedor Marcelo Mairon Rodrigues, as falhas ocorrem por dois motivos. Primeiro, porque ordens de prisão expedidas pelas comarcas não são reunidas em um banco de dados próprio do Judiciário. Segundo, porque elas são repassadas à polícia ainda por meio de documentos impressos, não havendo uma plataforma online integrada para atualização rápida. A Justiça abastece o banco da polícia mantido pelo Departamento Estadual de Informações Policiais (Dinp), mas há problemas nesse processo. – Geramos informações, mas não as gerenciamos. E pior, pelo processo atual de troca de informações ocorrem erros. Precisamos mudar isso. Vamos criar um banco unificado de ordens de prisão, com o Poder Executivo – explica o magistrado.

Com um banco integrado, com atualizações pela internet, autoridades judiciárias e policiais esperam dar fim a informações desencontradas. – Como é agora, alguém pode ser preso, mas, se verificar após, o mandado não é mais válido. Isso não pode acontecer – avalia Mairon.

Antes será necessário atualizar os dados sobre as dezenas de milhares de mandados já expedidos. Essa será a missão das comarcas nos próximos seis meses: revisar cada uma das ordens existentes no banco da polícia. – Não posso precisar data, mas queremos colocar o banco em funcionamento, se tudo der certo, em 2011 – aposta Mairon.

francisco.amorim@zerohora.com.br

FRANCISCO AMORIM

Os números

32.252 ordens de prisão em aberto

12,5 MIL dos quais são foragidos do sistema prisional

7 MIL mandados de prisão preventiva  
12,7 MIL outras ordens de prisão ou apreensão de adolescentes

#### COMO FUNCIONA HOJE

- Juiz expede ordem de prisão
- Cartório da Vara da Justiça envia cópia de mandado ao Departamento Estadual de Informações Policiais, responsável pelo banco de dados de foragidos disponibilizado no Consultas Integradas pela Polícia Civil.
- O processo não é online e as atualizações também são via ofício
- Para saber se um criminoso é procurado, os magistrados têm de se socorrer do banco policial, que pode não ter sido atualizado diretamente pelo próprio judiciário

#### COMO PODE FICAR

- Juiz expede a ordem de prisão
- Cartório insere a informação em um banco com gestão compartilhada com a Polícia Civil
- Mudanças de prazo, consultas sobre outros mandados são feitas em operações online disponíveis a policiais e magistrados

ZERO HORA

### **Rosane de Oliveira - Retaliação**

Os cargos de direção do Grupo Hospitalar Conceição serão usados pelo Planalto para um acerto de contas. Com um orçamento de R\$ 750 milhões, a instituição é apontada como a Funasa do Rio Grande do Sul, dentro dos mapas de partilha do segundo escalão. Para o PC do B, é fundamental manter o comando do Grupo, assunto que já foi tratado com o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. A ideia do Planalto, no entanto, é contemplar apenas lideranças que foram fiéis ao longo da campanha. O recado é para a ala do PMDB que não apoiou Dilma Rousseff durante as eleições e que hoje ocupa uma das diretorias. Neste caso, a vaga poderá ser oferecida para um indicado de Mendes Ribeiro Filho, único deputado federal peemedebista que fez campanha aberta para Dilma. A determinação é de que o currículo do candidato seja levado em conta no momento da escolha. O lamentável, porém, é que nessas horas o critério técnico vira pó

ZERO HORA

### **A ditadura judiciaisca**

Nos dias atuais, o poder judiciário brasileiro, sobretudo o STF, avança de tal forma sobre os outros poderes da República que já praticamente age como poder absoluto. Frequentemente ataca, constrange, censura e desautoriza o poder executivo federal, como no caso do Batistti, a despeito do que diz as leis e a Constituição.

No poder legislativo absorveu tal poder de legislar sobre as brechas da lei e tão amplidão de interpretação, que na prática, as leis se transformaram em apenas um totem místico cujo o único significado possível é definido arbitrariamente no STF.

Gilma Mendes, entre todos, é o que mais grotescamente comete abusos abomináveis contra a República. É reconhecido por todo o país ao ter lançando mão em menos de 24h de dois hábeas corpus em favor de um banqueiro já condenado sob o pretexto de que não havia dado novo no processo. Aquilo que ele diz não haver apareceu em horário nobre no jornal televisivo mais assistido do país (JN) na forma de tentativa de corromper um juiz a favor do banqueiro condenado.

O poder judiciário é o único poder que não tem nenhuma representatividade, isso não seria um problema caso ele não detesse tanto poder quanto tem. Um poder cujo

princípio da soberania popular simplesmente não existe. Esse poder, dia a dia, está solapando o Estado de direito, cujo deveria ter o dever fundamental de defender, abrindo os horizontes para um golpe ao estilo hondurenho.

O poder judiciário deveria apenas se ater a "dizer o direito", cabendo aos legisladores o dever de definir o significado da lei, e não a estes protótipos de ditadores de República de bananas. Quando, enfim, o STF se reservar a competência de julgar conforme as leis, ao invés de dar a ela o sentido que bem entender ou preencher a seu bel prazer o que considerar lacunas? Em um poder que a sociedade não tem nenhum modo institucionalizado de questionar, afastar ou eleger.

Enquanto isso, alguns pseudo-jornalistas de direita, em completa cooptação partidária pró-tucana, busca atingir de qualquer forma a centro-esquerda jogando lenha nessa ditadura judicialesca. Parecem que se esqueceram o que acontece com aqueles que brincam com fogo.

JORNAL DO BRASIL

### **Justiça muda comando de hospitais**

A Justiça Federal entregará, às 10h de hoje, as chaves dos Hospitais Luterano e Independência à administração pública, após ação de execução fiscal movida pela Fazenda Nacional contra a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).

O Hospital Luterano ficará sob a administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, e o Hospital Independência será gerido pela Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre. Juntos, os hospitais acrescentarão 217 leitos à rede hospitalar de Porto Alegre.

ZERO HORA

### **Brasil dobra número de mestres e doutores**

O número de mestres e doutores titulados no Brasil dobrou nos últimos 10 anos. De 2001 a 2010, a quantidade de pesquisadores formados por ano no país passou de 26 mil para cerca de 53 mil, segundo a Capes.

Só em 2010, 12 mil receberam o título de doutor e 41 mil o de mestre.

ZERO HORA

### **Posto sem médicos em Porto Alegre**

Um impasse levou o posto de Estratégia da Saúde da Família do bairro Jardim Protásio Alves, na Capital, a cancelar agendamentos de consultas. Tudo porque uma médica entrou em férias e não foi substituída e a outra médica em atividade não sabe se ficará. A gerente distrital de Saúde das regiões Leste/Nordeste, Rosane Terezinha Baltazar, não explicou por que a médica em férias não foi substituída. A situação da outra profissional seria definida ainda ontem.

Pacientes também reclamam de cadastros bloqueados. Se o usuário não avisa a falta com antecedência, é proibido de acessar os principais serviços. Ana Paula Santos (foto), 35 anos, alega que às vezes não consegue avisar porque tem entrevista de emprego ou uma faxina para fazer

CORREIO DO POVO

## **Centrais defendem mínimo de R\$ 580**

As centrais sindicais com representação no Estado estão unidas em defesa do salário mínimo de R\$ 580,00. Hoje, em São Paulo, os trabalhadores realizam um ato de mobilização em defesa deste valor. No Estado, a mobilização ocorrerá dia 24, em frente ao prédio do Ministério da Fazenda. O montante é R\$ 35,00 a mais do que propõe o governo federal, que anunciou o mínimo de R\$ 545,00, a partir de fevereiro.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) argumentam que é possível chegar aos R\$ 580,00 e será uma forma de manter a economia aquecida, com consumo, geração de emprego e distribuição de renda. Reivindicam, ainda, a correção da tabela do Imposto de Renda e aguardam uma audiência com a presidente da República, Dilma Rousseff, para retomar as negociações iniciadas no final de 2010.

Para o presidente da CUT-RS, Celso Woyciechowski, a proposta do governo está abaixo das expectativas dos trabalhadores.

CORREIO DO POVO

## **Prefeitura assume o Independência**

O prefeito José Fortunati e o secretário municipal de Saúde em exercício, Marcelo Bosio, assinam hoje o termo de cessão de guarda em caráter provisório do Hospital Independência - o segundo maior da Capital na área de traumatologia e ortopedia. Localizada no bairro Agronomia, a instituição está fechada desde abril de 2009 devido à crise financeira que atingiu a Ulbra. "De posse desse documento e enquanto aguardamos a transferência de posse em definitivo, podemos encaminhar a reabertura do hospital", frisou o secretário. A próxima etapa será selecionar a instituição parceira que irá gerenciar o Independência, sob a supervisão da Secretaria Municipal da Saúde.

CORREIO DO POVO

## **Resolução amplia seguro desemprego para trabalhadores que moram nas cidades em calamidade**

Está publicada na edição de hoje (18) do Diário Oficial da União a resolução que amplia o benefício do seguro desemprego para trabalhadores que vivem em municípios em estado de calamidade diante das chuvas registradas em vários estados do país.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) decidiu prolongar por até dois meses, em caráter excepcional, a concessão do seguro desemprego a trabalhadores demitidos por empregadores com domicílio em cidades reconhecidas pelo Ministério da Integração Nacional como em estado de calamidade pública.

Terão direito ao benefício trabalhadores com a última parcela do seguro desemprego vencendo nos meses de janeiro e fevereiro de 2011 e trabalhadores demitidos nesse mesmo período.

O pagamento da parcela adicional ocorrerá apenas após a declaração de estado de calamidade pública nos municípios atingidos. A resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte: Agência Brasil

MUNDO SINDICAL

## **Patronato baixa o nível e oferece só 5,9% de reajuste para trabalhadores de TI de São Paulo**

Após surfar num ano de prosperidade, de crescimento e faturamento com lucratividade recordes, o patronato ofereceu apenas 5,9% de reajuste salarial na primeira rodada de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2011, sexta-feira (14).

O Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo (Sindpd) refutou prontamente a proposta do patronal e cobrou respeito à categoria que é responsável pelo ótimo desempenho do setor. O índice está muito abaixo dos 13,4% pedidos pela categoria e é menor até do que a inflação do período que ficou em 6,4% segundo INPC/IBGE. O sindicato se viu impedido no avanço nas demais cláusulas da CCT e marcou a segunda rodada para 19 de janeiro, às 14h, na sede do Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática do Estado de São Paulo (Seprosp).

A primeira rodada de negociação foi considerada frustrante, para dizer o mínimo, pela Comissão de Negociação do Sindpd. A choradeira do patronato – estimulada, talvez, pelas chuvas que assolam o nosso estado – chegou a um nível surpreendente. Nem parece que os profissionais de TI estavam diante das empresas que mais acumularam crescimento nos últimos anos e que têm se beneficiado, constantemente, de benefícios governamentais, muitos deles defendidos pelo Sindpd para dinamizar o mercado e ampliar o número de empregos.

O início da negociação foi marcado por uma reclamação do presidente do Seprosp, Luigi Nese, por conta de um suposto exagero nas argumentações da comissão do Sindpd durante as negociações salariais no ano passado. Após o anúncio da proposta de 5,9% de reajuste por parte do patronato, o presidente do Sindpd, Antonio Neto, questionou: “com um índice assim, depois vocês não querem que a gente reclame aqui na mesa de negociação ou não publique nossa indignação no site”.

A primeira rodada de negociação mantém a data base para 1º de janeiro, assim é assegurado que todas as cláusulas sem alteração permaneçam iguais e valendo, como a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais entre outras. Além do parecer desfavorável ao aumento dos salários dos trabalhadores de TI, o sindicato patronal recusou a inclusão de PLR de 80% do salário mais parcela fixa de 200 reais, pagamento de auxílio-refeição, aumento do valor da hora-extra e adicional noturno.

Foi negada também a inclusão de novos pisos como os de programadores, analistas de sistemas e administradores de bancos de dados. A proposta de reajuste salarial de 5,9% linear para os salários e pisos foi prontamente recusado pelo Sindpd. “Realizamos doze assembleias em todo o estado de São Paulo para discutir e votar a pauta. A sugestão de reajuste salarial tem base no índice da inflação com o PIB, que é a média do crescimento nacional”, reforça Neto.

Para contra-argumentar, o Seprosp tentou justificar o baixo índice proposto para o reajuste salarial dada as dificuldades das empresas na adequação da jornada de trabalho de 40 horas semanais e que isso elevou os custos das empresas em 10%.

Segundo Neto, o argumento utilizado não é válido em relação às 40 horas já conquistadas na CCT do ano passado, pois as empresas tiveram um ano inteiro para se ajustarem. “Nossa expectativa era bem maior do que isso, até pelo quadro deste ano com as perspectivas de crescimento. Às 40 horas ajudou a compor aquele índice que nós aceitamos. A maioria das empresas está adequando às 40 horas no período de almoço”, revela Neto.

Para o Sindpd, garantir um reajuste salarial acima da inflação é mais que uma forma de reconquistar o poder de compra do trabalhador, é reafirmar um aumento real de salário do trabalhador de TI. O sindicato garante que vai ampliar e fortalecer todas as propostas

apresentadas como PLR, auxílio-refeição, auxílio maternidade, hora-extra, entre outras. “O trabalhador é o principal capital das empresas, com o advento da Copa do Mundo e Olimpíadas o nosso setor vai crescer muito e por isso 5,9% de aumento é bastante insuficiente para a categoria.”

“Espero que na próxima quarta-feira, o patronato seja tocado pela santa coerência. Não admitiremos que a falta de consideração e até respeito ocorra para com os profissionais de tecnologia da informação. Vamos aumentar a pressão e exigir que os nossos direitos sejam assegurados”, disse Neto.

MUNDO SINDICAL

### **São Paulo (SP): Sindicato protesta contra morte de metalúrgicos**

O Sindicato vdos Metalúrgicos de São Paulo vai acompanhar a apuração do acidente que matou quatro trabalhadores metalúrgicos e levou à internação de outros três no último sábado, na Cromo Speedy, empresa de cromação e niquelação na zona sul.

Na manhã desta segunda-feira, os diretores José Silva, Luís Carlos de Oliveira (Luisinho), coordenador do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador) do Sindicato, e o técnico em segurança Adonai Ribeiro estiveram na porta da empresa para conversar com trabalhadores e reafirmaram a importância da prevenção.

"A prevenção é fundamental para se evitar acidentes fatais como este, e os trabalhadores das empresas de cromação precisam ficar alertas. O Sindicato desenvolve um trabalho sério de saúde e segurança nas fábricas, mas os trabalhadores precisam denunciar qualquer situação de risco e irregularidade para que possamos atuar mais ofensivamente e cobrar as empresas", afirma o diretor Luisinho.

O ACIDENTE - Os trabalhadores morreram intoxicados por gás quando limpavam resíduos químicos de um tanque. O primeiro, José Vicente de Carvalho inalou o gás e caiu sem sentidos dentro do tanque. Os ajudantes Geraldino Oliveira Souza, Claudevan Santana Cruz e Gilmar Alves da Silva morreram ao tentar socorrer o colega. Outros dois funcionários estão internados no Hospital Municipal Campo Limpo.

Segundo Luisinho, os trabalhadores estavam fazendo hora extra.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes